

REVISTA MUNICIPAL – Publicação da Câmara Municipal de Lisboa que se editou de forma ininterrupta entre finais de 1939 e 1973, período cronologicamente contido no auto-proclamado “Estado Novo”¹.

A sintonia existente entre as duas instâncias de poder – central e local – ecoa em toda a sua linha editorial, através de um concerto de textos e imagens produzidos com fins claramente propagandistas e de enaltecimento do regime. Aliás, o lançamento da *Revista Municipal* (RM) em 1939 não pode deixar de se articular com a grande “acção de marketing” que o governo lançou por ocasião **do duplo centenário da independência (1140) e da restauração (1640)**. O projecto foi anunciado à Nação dois anos antes, em 1938, pelo próprio presidente do Conselho, Oliveira Salazar, através de uma nota oficiosa. E a sua importância para o governo pode medir-se não só pelo tempo de preparação, directamente relacionado com a mobilização geral que se pretendia atingir, como pelos recursos materiais e humanos que foram envolvidos na sua realização. Os efeitos de catarse, de unificação e de projecção de Portugal para lá das fronteiras que a comemoração dos Centenários possibilitaria eram, em ultima instância, um meio para alcançar a legitimação de um poder que se afirmara pela força das armas e não pelo voto.

A RM, quer pelas suas características físicas e gráficas – qualidade do papel, número de páginas, de imagens, plantas e mapas inclusos, etc. – quer pela sua qualidade literária e selecção temática, está imbuída dos mesmos valores e objectivos. De facto, o conteúdo da publicação ultrapassa largamente o que está previsto em Lei² e como o então presidente da Câmara Municipal, Eduardo Rodrigues de Carvalho, reconhece no editorial do primeiro número ela vem, sobretudo, «completar o sistema de divulgação da vida municipal (...) e que abrange: o *Diário Municipal* para publicação de posturas, regulamentos, editais, avisos e anúncios, resoluções, despachos, movimento do pessoal, etc.; *Anais*, para inserção do relatório anual da gerência camarária estatística municipal, narração dos acontecimentos ou factos mais notáveis cuja memória seja digna de conservar-se; e *Actas*, teor de tudo quanto se passa nas reuniões da Câmara.»³

Podemos considerá-la um “luxo” que, em relação às funções do citado “sistema de divulgação”, se propunha acrescentar: **a investigação e a divulgação do passado de Lisboa** – de que se haviam ocupado os *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*⁴, publicação mais modesta, editada entre 1931 e

¹ Durante este período a Câmara conheceu cinco Presidentes: Eduardo Rodrigues de Carvalho (1939-44), Álvaro Salvação Barreto (1944-59), António Vitorino França Borges (1959-70), Fernando Augusto dos Santos e Castro (1970-71) e António Jorge Silva Sebastião (1971-73).

² Portaria de 08/12/1847, que estabelece que, em cada concelho «haja um livro especial com a denominação de Anais do Município no qual anualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorrerem e cuja memória seja digna de conservar-se... e, finalmente, tudo quanto possa interessar às tradições locais», cujo cumprimento foi lembrado às Câmaras Municipais, por despacho do S. Ex.^a o Ministro do Interior, de 24 de Março de 1936.

³ CARVALHO, Eduardo Rodrigues – Editorial. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano I, nº 1 (1939), p. 3-4.

⁴ A Colecção está acessível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>.

1936; e a publicação de «sumários da legislação e jurisprudência», além de «ventilar problemas de direito administrativo, quer respeitem a Lisboa quer aos demais municípios do país.»⁵

As potencialidades sinérgicas da situação deviam parecer inesgotáveis. Lisboa «primeira dentre todas as cidades e municípios portugueses» seria, naturalmente, o palco central de todas as iniciativas evocativas do passado mítico que alicerçava o «ressurgimento» empreendido pelo Estado Novo. E seria também a primeira montra de um país que procurava consolidar a imagem do seu alheamento e neutralidade perante uma guerra de âmbito mundial.

O protagonismo reservado a Lisboa justificava plenamente a existência da fastosa RM, enquanto espaço de comunicação e propaganda do poder local e do central. A afirmação da sua liderança entre pares, ou seja entre os municípios, tem tradução imediata no enfoque que é feito às mudanças decorrentes do novo Código Administrativo e na defesa de uma «**união dos municípios portugueses**». A proposta é avançada em tom de desafio por **Jaime Lopes Dias**, Director dos Serviços Centrais, no primeiro número da RM: «Responda quem pode e deve responder. E quem pode e deve responder são todos os que, cientes e conscientes da era de renascimento que atravessamos, têm como certo que o povo é ainda hoje, como foi sempre, o grande obreiro da Nação, o grande e fiel detentor das virtudes da raça.»

Na perspectiva do proponente, «A União dos Municípios funcionaria junto da Câmara Municipal de Lisboa, que prestaria o ensinamento dos seus funcionários e a prática dos seus serviços a tudo o que interessasse aos Municípios filiados.» De entre o manancial de serviços que Lisboa poderia prestar estava a RM, porque «embora ela seja da Câmara Municipal de Lisboa, aspira servir igualmente todos os Municípios, e o municipalismo.»⁶

A questão da «União» será desenvolvida nos números seguintes⁷ por **Marcello Caetano** que, além de fazer a defesa da sua “dama”, isto é do novo Código Administrativo – deixando transpirar que fora objecto de «críticas amargas» –, corrobora o desafio lançado por Jaime Lopes Dias: «Sentem-se os Municípios capazes de a pôr de pé? Pois se sentem, não percam tempo: são horas de começar.»⁸ Mas o projecto não se concretizou.

Entretanto, Lisboa e a sua *Revista Municipal* prestavam-se a outras não menos úteis colaborações, nomeadamente a de registar «aspectos das várias

⁵ CARVALHO, Eduardo Rodrigues – Editorial. **Revista Municipal**, Lisboa, Ano I, n.º 1 (1939), p. 3-4.

⁶ DIAS, Jaime Lopes – União dos Municípios. Triunfos e vicissitudes da Administração Local. A reforma administrativa de 1936. A actividade do Estado e a inactividade dos Municípios. **Revista Municipal**. Lisboa. Ano I, n.º 1 (1939), p. 7-12.

⁷ V. **Revista Municipal**, Ano I, n.ºs 2, 3 e 4. Alguns anos mais tarde, em 1947, nos n.ºs 33 e 34, a **Revista Municipal** fará eco das queixas e críticas que os Municípios apresentaram na Assembleia Nacional, transcrevendo do *Diário das Sessões* daquele órgão o que de mais relevante se disse.

⁸ CAETANO, Marcelo – A Questão Municipal e a União dos Municípios. **Revista Municipal**. Lisboa. Ano I, n.º 2 (1939), p. 3-6.

Legações e Embaixadas, muitas delas velhos palácios» e, simultaneamente, «colher impressões dos diplomatas que (...) representam espíritos e ambientes estrangeiros debruçados com simpatia sobre o nosso viver.» A oportunidade temática não podia ser maior, se considerarmos a “neutralidade” do país face à guerra que ia conquistando o mundo, posição que interessava projectar dentro e fora de fronteiras com provas de “amizade” dos conflituantes. Cabe ao representante da França, a honra de inaugurar a rubrica «Embaixadas e Legações», a que se seguiram o da Espanha, da Grã-Bretanha, da Itália e da Alemanha.

Durante os seus trinta e três anos de vida, a RM mantém, no fundamental, a linha editorial revelada no lançamento. Os temas históricos – sobretudo relacionados com a Cidade, mas também com o País –, e o acompanhamento do programa de efemérides e outras festividades são valorizados em relação a outras áreas da gestão camarária: projectos, obras, serviços prestados, etc.

O ano de 1947 é centrado nas **Comemorações do Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros**, iniciativa municipal que contou com o apoio do governo. Da sua comissão executiva fizeram parte, entre outros: **António Ferro**, responsável pela propaganda e o teatro; **Cottinelli Telmo** e **Jorge Segurado**, com a co-direcção das decorações e iluminação da cidade; e **Luís Pastor de Macedo**⁹, que teve a seu cargo a direcção dos espectáculos ao ar livre.

De entre as dezenas de iniciativas programadas destacam-se: a Feira de Amostras de Lisboa; o Concurso de Montras Floridas; o desfile de todos os municípios portugueses; o desfile de marchas populares que terminou em gala de apresentação no Pavilhão de Festas do Parque Eduardo VII; o Grande Cortejo Histórico de Lisboa, cuja direcção artística esteve a cargo de **Leitão de Barros**; o Concurso de Filmes Amadores; a entrega da estátua de D. Afonso Henriques, oferecida pelo distrito do Porto, no Castelo de S. Jorge; uma Festa Desportiva do Exército e da Armada no Estádio Nacional; a inauguração do Clube de Ténis de Lisboa; além de dezenas de exposições, concertos de música, espectáculos de teatro, ciclo de cinema, conferências, provas desportivas, fogo-de-artifício, etc., etc.

De sublinhar que estas festividades também tiveram uma vertente de política externa, de cariz claramente nacional, com o objectivo de assinalar a proximidade às democracias ocidentais e que se traduziu na participação de representantes das embaixadas dos EUA, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Suécia.

Dois anos depois, em Outubro de 1949, a **visita do General Franco a Portugal**, foi pretexto para um intenso programa que teve em Lisboa o seu palco principal: desembarque no Cais da Colunas, recepção no Palácio da

⁹ Luís Pastor de Macedo foi nomeado Presidente Substituto da CML, pelo Ministro do Interior, em 3 de Maio de 1947, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 36.202, de 2 de Abril desse ano. Cargo que manteve até 1951. O Presidente em exercício desde 1944 era Álvaro Salvação Barreto. Refira-se ainda que Luís Pastor de Macedo foi vogal das comissões administrativas (pelo menos de 1933 a 1935), de nomeação governativa, que asseguraram a actividade camarária desde o golpe militar de 1926 até 1937.

Ajuda, concertos por bandas militares e fogo-de-artifício no Terreiro do Paço, récita de Gala em São Carlos e, na despedida, uma formatura militar a caminho do aeroporto.

E o ritmo prossegue nos anos seguintes e com tal diversidade que torna impossível a simples enumeração das solenidades e festividades. Referimos apenas os casos mais “emblemáticos”: **Festas Populares de Lisboa**, com as suas marchas, que foram apreciadas por Salazar a partir do Teatro D. Maria (Junho de 1950); a **Visita Oficial da Rainha Isabel II** a Portugal (Fevereiro de 1957); a **manifestação de «admiração e aplauso» das Câmaras Municipais ao Presidente do Conselho**, Dr. Oliveira Salazar, no âmbito da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República (Maio de 1958); a Feira-Parque no Jardim da Estrela, com pavilhões das províncias da Metrópole e do Ultramar (Verão de 1959); o **V Centenário da morte do Infante D. Henrique**, que foi assinalado num cenário de clara ameaça às possessões portuguesas na Índia e de surto dos movimentos independentistas africanos (1960); as **manifestações patrióticas** de repúdio e protesto às posições assumidas pela Assembleia-geral da ONU contrárias aos interesses de Portugal (1960).

Outro sinal do cuidado que a Câmara Municipal reservava à sua afirmação no espaço público e à propaganda é o aparecimento, em 1946, do programa de rádio «**Voz da Cidade**». Realizado em colaboração com a Emissora Nacional, este «jornal radiofónico» consolidou-se no ano das comemorações dos VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros e manter-se-á até 1960, com periodicidade semanal.

A partir de Julho de 1959, a Câmara Municipal, em colaboração com a Radiodifusão Portuguesa, passa a dispor também de um programa televisivo, mensal, o «**Isto é Lisboa**». A RM dedica então algumas das suas páginas à programação temática de cada emissão. Mas trata-se de informação de natureza retrospectiva, ou seja sobre o que “se ouviu ou viu”, pelo que não se destinava verdadeiramente a informar os eleitores e a possibilitar-lhes uma selecção prévia.

Para lá da divulgação histórica, etnográfica, literária e cultural, é possível encontrar alguns textos de maior actualidade relacionados com a **gestão do espaço urbano**. De entre esses verifica-se um predomínio dos que se referem a grandes obras públicas, ao urbanismo e planeamento da Cidade e à sua limpeza e higiene, sempre redigidos numa perspectiva positiva.

Por fim, importa referir que a produção da RM é, tanto quanto foi possível apurar, exceptuando as colaborações do foro redactorial, assegurada totalmente pelos serviços da CML. Tal como as restantes edições periódicas ou não de iniciativa municipal, a sua montagem e impressão realizava-se nas **Oficinas Gráficas da CML**, serviço que assegurava a generalidade (se não a totalidade) das edições periódicas e não periódicas de iniciativa municipal.

Foram infrutíferas as pesquisas realizadas nas edições municipais (*Diário Municipal*, *Anais* e *Actas*) com vista a encontrar dados sobre as despesas relacionadas com a RM, assim como não forneceram qualquer informação sobre tiragens, número de assinantes, receitas resultantes da venda e da

publicidade, distribuição, etc. A informação disponível é a que consta no verso da capa da RM e que dá conta que o número avulso simples custava 7\$50 e o duplo 10\$00, e que a assinatura anual ficava por 25\$00. Valores que se podem considerar reduzidos quando comparados com outras publicações similares ou com outra edição de iniciativa da CML, os *Anais da Bibliotecas, Arquivos e Museus*, de 1931-1936, de qualidade inferior e que se vendia a 7\$00.

A **questão da publicidade** é também curiosa e susceptível de diversas abordagens. Sintetizando, sublinha-se apenas o facto de a partir do segundo número, a RM passar a integrar publicidade. Estas inserções, asseguradas fundamentalmente por empresas comerciais sedeadas em Lisboa, vão crescendo em número, chegando a totalizar 98 páginas num só número da RM! Se cruzarmos essa informação com os valores da tabela publicitária praticada é fácil concluir que a publicidade garantiria um bom (se não mesmo total) amortecimento da despesa com a produção da revista. O curioso é que a partir de 1944, de forma abrupta e sem explicações, a publicidade desaparece para sempre.

Foram as *Actas* relativas às Reuniões de Câmara de 1943 que forneceram a explicação: o Vereador **Vergílio Fonseca** «declarou ser de opinião que o Município nunca deve invadir os campos de actividade do comércio ou da indústria; via também com desprazer essa publicação do Município, obra interessante a todos os títulos, transformada num autêntico anunciador, facto que reputa inadequado às publicações culturais ou de propaganda, quer cidadina, quer municipal.»¹⁰

A estas considerações, o Presidente (Eng. **Eduardo Rodrigues de Carvalho**), respondeu que «já antes o facto o impressionara, pois está de acordo com a opinião do referido Vereador; vai dar instruções para que se volte ao antigo sistema, mas faz notar que, nos primeiros números a publicar ainda não se observará por completo o efeito desta decisão, visto haver contratos de publicidade já assumidos, que é necessário cumprir.»¹¹

Não é claro o sentido das palavras do Vereador sobre a “invasão” das actividades económicas por parte do Município pelo facto de inserir publicidade na RM: consideraria que a RM reduzia o espaço de mercado de outras publicações de natureza comercial? Que era o “peso” institucional da Câmara que induzia as empresas a publicitar na sua revista? Mais certa parece ser a apreciação que faz do “negócio” publicitário e do espaço que (não) deve ocupar nas publicações institucionais. A estas caberá expressar o prestígio, a magnitude e, portanto, a generosidade da instituição que representa, valores dificilmente conciliáveis com os do mundo pequenino dos “negócios”.

Partindo destes pressupostos, não é difícil deduzir que a RM se destinava a um público específico, constituído sobretudo por instituições (embaixadas, governos distritais, câmaras municipais, bibliotecas, associações, etc.),

¹⁰ LISBOA : CÂMARA MUNICIPAL, 75, Lisboa, 1943 – **Reunião da Ex.ma Câmara em 9 de Dezembro de 1943 e continuada nos dias 18, 27 e 30 do mesmo mês e ano:** actas. Lisboa : Câmara Municipal, 1943, p. 109.

¹¹ *Ibidem*, p. 115.

respectivos titulares e outras personalidades, que a receberiam como oferta ou na qualidade de assinantes, pelo que a sua tiragem seria baixa.

Rita Correia
(19/12/2007)

BIBLIOGRAFIA

ROLO, Maria Fernanda Fernandes Garcia ; ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de – **Dicionário de História do Estado Novo**. [Lisboa] : Círculo de Leitores, [imp. 1996]. ISBN: 972-42-1404-4. vol. 1

ROLO, Maria Fernanda Fernandes Garcia ; ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de – **Dicionário de História do Estado Novo**. [Lisboa] : Círculo de Leitores, [imp. 1996]. ISBN:, 972-42-1456-7. vol. 2.

TENGARINHA, José – **Imprensa e Opinião Pública em Portugal**. Coimbra : MinervaCoimbra, 2006. ISBN 972-798-166-6.